

MULHERES QUILOMBOLAS E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ: UM DEBATE SOBRE AS DESIGUALDADES E OS ENTRAVES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Tatiane Vieira Barros

Ponto de partida

No ano de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, um grande desafio se fez presente entre pesquisadoras de três instituições do interior do Nordeste: realizar pesquisa com populações tradicionais e de agricultura familiar de forma remota.¹ O trabalho teve foco nas populações do campo, destacando mulheres de comunidades de agricultura familiar, quilombolas e de fundo de pasto nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco que participam de Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, e que estão no Cadastro Único (CadÚnico).

A pesquisa se propôs a investigar as categorias tempo, custo e deslocamento no acesso aos serviços de cadastramento e atua-

1 A pesquisa foi realizada numa parceria entre as seguintes pesquisadoras: Lorena Moraes, Nicole Pontes e Shana Sieber da UAST/UFRPE, que desenvolveram a pesquisa nas comunidades em Pernambuco. Rebeca Barreto e Bárbara Cristina da Silva, da UNIVASE, realizaram a parte da Bahia. Foram elas as parceiras de trabalho e de longos debates sobre desigualdades, feminismos e lutas sociais de mulheres rurais. Então, algumas reflexões desenvolvidas neste texto são fruto do diálogo com as demais pesquisadoras e dos aprendizados de uma pesquisa com viés mais feminista e interseccional. A elas, agradeço o tempo e a resistência dedicados ao fazer científico no Brasil.

lização no CadÚnico, visando lançar luz sobre as desigualdades vivenciadas por mulheres para se manterem cadastradas com seus dados atualizados, atentando ao fato de que elas se encontravam ainda mais isoladas devido à pandemia. Os fatores territoriais, étnicos, econômicos, políticos, de mobilidade, de tempo, de custo, de gênero e de raça orientaram a discussão, que se volta para as dificuldades de mulheres – moradoras da zona rural, de comunidades de agricultura familiar e que são pertencentes às populações tradicionais – para acessarem as políticas e os benefícios sociais.

Foi uma pesquisa desenvolvida a muitas mãos, todas elas de mulheres que trouxeram múltiplas perspectivas sobre as questões encontradas. Foi também uma pesquisa que dialogou com muitas outras mulheres, por isso o texto será abordado sempre no feminino. Este é o cenário pelo qual a pesquisa caminhou e debateu os entraves que se formaram. De um lado, questões teóricas e metodológicas negociadas pelas pesquisadoras; do outro, aspectos sociais vividos pelas mulheres das comunidades participantes.

Dito isso, neste texto apresento um pequeno recorte da pesquisa supracitada, dando foco ao que foi desenvolvido no estado do Ceará. Proponho-me ao exercício de refletir questões que vão desde os aspectos metodológicos de realizar uma pesquisa em tempos pandêmicos até a realidade das mulheres da comunidade quilombola Nazaré e da comunidade de agricultura familiar Apiques, localizadas no município de Itapipoca, além da comunidade quilombola Conceição dos Caetanos, situada em Tururu, para realizarem o cadastramento e se manterem atualizadas no CadÚnico. A ideia é trazer aqui as dificuldades e os entraves vividos por essas mulheres para acessarem as políticas sociais que lhes são de direito, passando por questões como mobilidade, pobreza

e desigualdade de gênero e de raça. Assim, localizando, a partir das entrevistas realizadas, como elas percebem suas realidades e como apontam seus problemas.

As comunidades e a pesquisa remota

A proposta inicial da pesquisa, ainda antes da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar que o problema da contaminação por Covid-19 se caracterizava como uma pandemia, era de realizá-la de forma presencial e em apenas 1 única comunidade quilombola do Ceará. Naquele momento, a escolha da comunidade se deu pelo vínculo já existente. A comunidade quilombola de Nazaré, localizada na região serrana do distrito de Arapari, município de Itapipoca, já era parceira em outros projetos e mantinha um diálogo que fora aproximado a partir de debates por uma educação antirracista.

Até então, o meu lugar naquela cidade era de alguém que havia chegado há pouco tempo na região² e que estava construindo relações com a cidade, as pessoas e as comunidades. Então, tudo precisava ser feito com calma. Além disso, naquele momento, estava no processo de mobilização da comunidade para apresentar a pesquisa que seria realizada e que teria no deslocamento e nas condições territoriais fatores de atenção e/ou dificuldade a serem observados. No entanto, com o avançar da pandemia e a determinação dos protocolos de proteção que incluíam o isolamento social, foi preciso repensar a metodologia e com ela o alcance às comunidades, uma vez que era necessário garantir a segurança de todas e, ainda assim, garantir a realização da pesquisa. Então,

2 Chego em Itapipoca no ano de 2019 para trabalhar como professora no *Campus* do Instituto Federal do Ceará, no qual sou professora desde 2017.

o fator distância até as comunidades; que, a princípio, parecia ser um limitador, foi ultrapassado, dando espaço para outro fator determinante e que debatarei mais adiante: a conectividade.

Nesse ritmo, mudando os instrumentais da pesquisa e visando garantir os dados, foi decidido aumentar o número de comunidades que iriam participar da pesquisa. No Ceará o número chegou a três comunidades, que foram acessadas a partir do diálogo entre as lideranças e de outros vínculos relacionados aos movimentos sociais e de resistência que envolviam as comunidades e pesquisadoras.

Por intermédio de uma das lideranças comunitárias da comunidade Nazaré, cheguei à comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos, uma das primeiras comunidades registradas como remanescente de quilombos daquela região (Ratts, 2009), que fica localizada no município de Tururu. As duas comunidades mantêm vínculos de parentesco e de diálogo por uma política que incluía as comunidades quilombolas do entorno, sendo ativas nos municípios. Já com a comunidade de Apique, uma das doze comunidades que compõem o Assentamento Maceió, com bases na agricultura familiar e referência na organização de mulheres trabalhadoras rurais, o contato foi firmado por intermédio de uma outra pesquisadora que mantinha diálogos constantes com lideranças daquela comunidade a partir das lutas e movimentos sociais de mulheres do campo. Logo, em tempos de uma vida remota, a pesquisa só teve tal alcance devido aos vínculos de afeto e diálogos de resistência mantidos por essas mulheres que estão dia após dia tentando garantir seus direitos e manter uma vida digna e cidadã.

Naquele momento se iniciaram os contatos com as lideranças comunitárias para apresentar a pesquisa, explicar nossos interes-

ses e entender como seria possível realizar as etapas planejadas de maneira remota. Uma questão importante a ser pontuada aqui é que aquilo que diz respeito aos trajetos e à mobilidade, objetos da investigação, seriam apontados pela percepção das mulheres que participariam da pesquisa, uma vez que não conhecia todas as comunidades, pois não tive a oportunidade de visitá-las antes de realizar a pesquisa. Seriam as histórias daquelas mulheres que iriam conduzir a compreensão sobre seus territórios e as relações com a mobilidade ou a ausência dela.

De maneira geral, a construção da ideia sobre duas das comunidades se deu a partir das longas conversas que tive com essas mulheres. Isso oferece um marcador ainda mais importante para a análise dos dados, que diz respeito à forma como as mulheres se compreendem dentro de seus territórios. Dito isso, neste texto não apresentarei uma longa descrição das comunidades, mas, sim, um debate sobre a forma como as mulheres entendem seus processos de organização e mobilidade para acessar os serviços do CadÚnico.

Dentre os primeiros diálogos, algumas preocupações foram encontrando estratégias e soluções. A primeira delas dizia respeito às possibilidades da realização da pesquisa realizada por meio da internet e/ou telefonia móvel. Com o início da pandemia e a iminência de uma vida voltada para a internet, a questão da desigualdade e da ausência de acessos se tornou ainda mais visível. No caso das comunidades participantes, a condição de estarem em zona rural tornava esse acesso um fator determinante.

Carolina Parreiras e Renata Macedo (2020), fazendo reflexões sobre a educação à distância na pandemia, chamam a atenção para o termo “desigualdade digital” ao falarem de processos não

igualitários de acesso às tecnologias, considerando os marcadores sociais da diferença, como gênero, classe, raça, geração e outros contextos e contingências. As autoras chamam atenção para a hipótese de que as desigualdades digitais reproduzem desigualdades sociais mais amplas, o que se alinha perfeitamente quando trazemos o contexto das comunidades pesquisadas, cujos territórios que ocupam e o perfil tradicional com o qual se reconhecem somam condições importantes para este debate.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) TIC 2018³ (IBGE, 2018), naquele ano a parcela dos domicílios com acesso à internet subiu para 79,1%. O estudo mostra que esse percentual foi impactado pelo aumento nos domicílios da zona rural que passaram a utilizar a internet do ano de 2017 para 2018, alcançando 49,2%, enquanto na zona urbana o percentual de acesso chegou a 83,8% dos domicílios. Esses dados demonstram o tamanho da desigualdade de acesso que existe no país e que assola, principalmente, a zona rural. Logo, esse seria um obstáculo a ser pontuado e enfrentado para a realização da pesquisa.

Foi preciso negociar e mapear possibilidades, considerando o contexto de cada território e comunidade. Ficou decidido que se realizaria as entrevistas por meio de chamadas telefônicas ou por chamadas de voz pelo aplicativo *WhatsApp*⁴. Isso levou

3 A PNAD Contínua investigou, no ano de 2018, o tema Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC), abordando o acesso à internet, televisão e posse de aparelhos de telefonia móvel celular para uso pessoal.

4 Vale apontar aqui uma preocupação que surgiu a partir do debate realizado na III Semana de Antropologia da Unilab – 2021. Naquela ocasião, falando sobre a pesquisa, fui provocada a pensar os efeitos da pandemia para a Antropologia, no que diz respeito ao trabalho de campo e às pesquisas realizadas de forma remota. Hoje, com a pandemia ainda em curso e com a má

a uma adaptação do roteiro de entrevistas, atentando para um instrumento que não se tornasse cansativo e que também não desafiasse o tempo e a qualidade das conexões nas cidades interiores e comunidades rurais.

A metodologia adotada se voltou para o fortalecimento da rede de contatos e mobilizações dessas mulheres em seus territórios e regiões em duas principais vias de relações: (i) Universidade-comunidade e (ii) Comunidade-comunidade. Foi a partir dessa relação que conseguimos direcionar e executar a pesquisa com as reconfigurações necessárias para contemplar as comunidades e não provocar ainda mais a sensação de exclusão já indicada pela má distribuição do acesso à internet e telefonia. Além disso, destaca-se a articulação política das referidas lideranças enquanto representantes de suas comunidades que estão atentas às políticas públicas e à construção de conhecimento pelas universidades, validando a importância da pesquisa apontada por algumas delas como um importante instrumento para apresentar as realidades vividas nas comunidades.

Nesse sentido, outra personagem importante a ser destacada é a mobilizadora na comunidade. Uma mulher de cada comunidade que ficou encarregada de convidar outras mulheres a participar da pesquisa, combinar dia e horário viáveis, organizar o espaço para a realização da entrevista (com internet ou sinal de celular), ajudar as mulheres com a tecnologia, enviar a localização

gestão do país, que atinge largamente a educação e a ciência, quero registrar o meu receio acerca dessa resiliência das pesquisas, que se adequaram ao cenário e foram realizadas, no sentido de que ela seja usada como uma justificativa para reduzir ainda mais recursos para as ciências humanas e minguem ainda mais os recursos para realização de pesquisas antropológicas e com trabalho de campo presencial.

geográfica para a elaboração dos mapas, bem como sanar dúvidas sobre a caracterização das comunidades.

As mobilizadoras tiveram papel importante, pois foram elas que ajudaram no primeiro mapeamento sobre as condições das comunidades, apresentando questões sobre a dinâmica das mulheres, a distância entre as residências, a forma como elas se deslocavam durante a pandemia e fazendo o papel de apresentar a pesquisa às outras mulheres que iriam participar. No movimento de construir uma adesão à pesquisa, as mobilizadoras convidaram mulheres que tinham, minimamente, acesso à internet e/ou telefone. De fato, as mobilizadoras tiveram papel importante na execução da pesquisa, contribuindo para o alcance de um número maior de entrevistas.

No caso do Ceará, as mobilizadoras se encaixavam no perfil buscado pela pesquisa e entraram na lista de mulheres entrevistadas. Com elas, foi realizada a primeira entrevista de cada comunidade. Isso funcionou como uma estratégia metodológica, pois elas falavam com as outras mulheres sobre as perguntas, tirando dúvidas e, muitas vezes, ajudavam a romper o medo de falar sobre determinados assuntos. Foram diálogos profundamente enriquecedores que funcionaram como um teste do instrumental da pesquisa e fase inicial do processo de compreensão de termos nativos que serviam como elo para o léxico das perguntas a serem realizadas. Nesse momento, os termos utilizados pelas políticas públicas como “cadastramento” e “atualização do cadastro” foram explicados e debatidos para não provocar dúvidas durante as entrevistas.

A pesquisa foi realizada, integralmente, de forma remota, deixando as negociações do campo nubladas pela tecnologia. O

contato e a conversa que dariam mais tranquilidade e deixariam o clima mais amistoso, o poder olhar para dentro da casa das mulheres e entender um pouco mais do contexto delas e recebê-las com olhares mais acolhedores deram lugar ao tom de voz mais alto e às falhas de conexão das ligações, formando o ambiente para a investigação, que apontou ainda com mais força para a desigualdade social e digital que estava em jogo.

Sobre o CadÚnico

Criado em 2001, o CadÚnico é um instrumento voltado aos programas sociais e tem por objetivo o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias de baixa renda – aquelas com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio ou renda familiar total de até três salários-mínimos –, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população em todos os municípios brasileiros (Brasil, [20--]). Serve como um instrumento para sistematizar e organizar as informações para o acesso às políticas públicas e às políticas sociais no Brasil. Esse cadastro reúne uma série de informações socioeconômicas que permitem a cada programa social atingir faces distintas da pobreza, a depender de seus objetivos (Brasil, 2014).

Realizar o cadastro e manter a atualização em dia é de responsabilidade das beneficiárias. Para se inscrever é necessário que uma única pessoa da família fique responsável por apresentar as informações de toda a unidade domiciliar. Chamada de Responsável pela Unidade Familiar (RF), deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher. É a RF que realiza o cadastro e a atualização cadastral obrigatória a cada dois anos ou cada vez que as informações constantes no cadastro estejam desatualizadas, funcionando essa atualização em caráter de demanda espontânea.

Desde 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumental do Estado para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda nos programas de transferência de renda. Utilizado, também, para a seleção de beneficiárias de programas estaduais e municipais, serve como uma forma eficiente de as famílias acessarem políticas públicas, evitando a sobreposição de programas para uma mesma família. A inclusão das informações no sistema ocorre de forma descentralizada e executada pelos municípios. A gestão e coordenação estratégica estão atreladas ao Ministério da Cidadania. A partir de 2004 houve a inclusão de campo para o cadastramento diferenciado que considerasse a diversidade cultural das populações identificadas no CadÚnico, considerando os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE).

O CadÚnico permite o registro de informações relacionadas à residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho, renda, número de filhos etc. É usado para a elaboração e promoção de políticas públicas voltadas a esse público, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros.

Outra importância dada ao CadÚnico diz respeito à base de dados e ao mapeamento da população de baixa renda brasileira. Tendo uma abrangência censitária, inclui o nome e a localidade das famílias mais pobres do país, assim como uma variedade de informações sobre essas famílias (com as dimensões da vulnerabilidade – como grávidas, lactantes e pessoas com deficiência –, acesso ao conhecimento e ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições de habitação), podendo ser utilizada como recurso de diagnóstico para elaboração de políticas sociais (Barros; Carvalho; Mendonça, 2009).

Diálogos com a interseccionalidade e os entraves vivenciados

Preciso concordar com bell hooks (2020) quando ela diz que as histórias pessoais conferem uma certa intimidade à escrita quando há apenas teoria pura e que são essas histórias que conferem caminhos para o saber. Com isso, para falar sobre as categorias propostas neste texto, acionamos as histórias das mulheres entrevistadas. Suas vidas, suas relações com a mobilidade e com as desigualdades trazem muitas referências para se compreender o quanto o conglomerado de opressões atua na vida das mulheres rurais que pertencem a comunidades tradicionais e de agricultura familiar. Aqui a discussão sobre interseccionalidade aparece como aliada para a construção da pesquisa e para a organização dos dados. Precisamos olhar para a estrutura de opressões que essas mulheres vivenciam em suas vidas, atentando ao fato de que a “[...] raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida.” (Ribeiro, 2016, p. 12).

Nessa linha de pensamento, à guisa de apresentar a forma como o termo “interseccionalidade” vem sendo discutido hoje, Hill Collins e Sirma Bilge (2021) apontam para um amplo uso e debate feito, principalmente, por pessoas da academia, militantes de políticas públicas e ativistas. Isso não causa surpresas, uma vez que as pautas ditas “identitárias” vêm aparecendo nos cenários intelectuais e políticos com muito mais potência e ecoando demandas de grupos que foram silenciados e desassistidos em suas especificidades. Mais do que nunca, apontar as diferenças se torna necessário para encontrar caminhos de inclusão e equidade. Isso porque as relações de poder se manifestam de formas distintas e excludentes, e fatores como raça, classe e gênero estão interconectados.

Então, a interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para chaves de compreensão da desigualdade global ao passo que mostra como as pessoas estão diferentemente posicionadas no mundo. Alguns grupos sofrerão maior impacto com as mudanças econômicas, políticas, sociais, ambientais; enquanto outros serão beneficiados. Assim, a interseccionalidade nos permite pensar a disparidade de riquezas, como afirmam as autoras supracitadas. Elas nos mostram que medir a desigualdade econômica utilizando dados sobre as famílias ajuda a documentar a disparidade financeira com diferenças raciais, o que explicita a situação das famílias chefiadas por mulheres solo de todas as raças. Assim, as análises interseccionais mostram que há uma estrutura de desigualdades que é racializada e orientada por gênero (Hill Collins; Bilge, 2021). Portanto, a interseccionalidade pode ajudar na leitura de um sistema de opressões interligadas (Akotirene, 2019).

Isso pode ser aplicado quando acessamos o perfil da pobreza no Brasil. A Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) mostra que ao realizar um perfil da população por rendimento fazendo o cruzamento das informações sobre sexo, cor ou raça das pessoas, observa-se que foram as mulheres pretas e pardas que se destacaram entre os mais pobres⁵; sendo 39,8% daqueles considerados extremamente pobres e 38,1% dos pobres. Se considerados os arranjos domiciliares, mulheres pretas e pardas com filhos menores de 14 anos e sem cônjuge compreendem cerca de 24% da população em situação de extrema pobreza.

5 Nesse caso, a pobreza é medida pela linha de US\$ 5,50 Paridade do Poder de Compra (PPC) *per capita* ao dia, e a extrema pobreza é marcada pela linha de US\$ 1,90 PPC *per capita* ao dia.

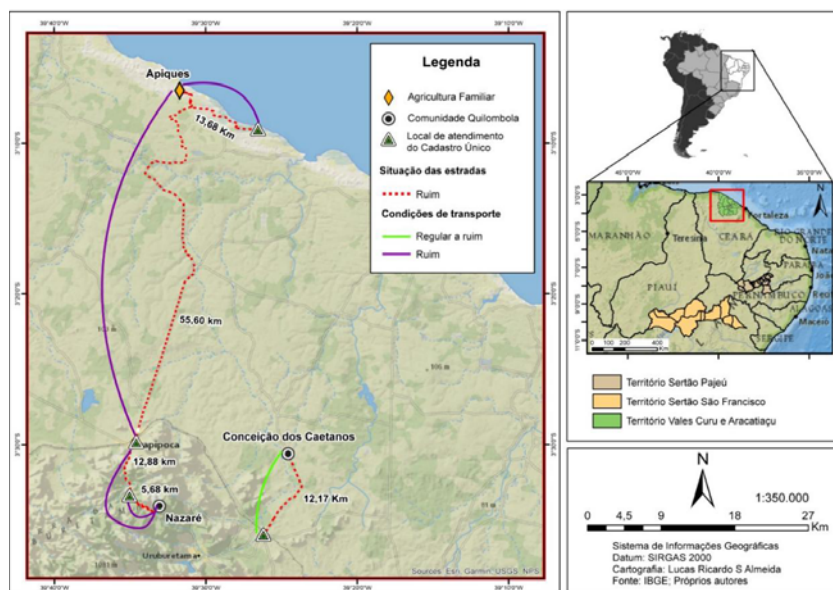
No que diz respeito às políticas públicas brasileiras, considerando o cenário sócio-histórico e cultural da formação deste país, fundado sobre violências, desigualdades e espoliações, pensar as diferenças se faz obrigatório para criar alternativas de minimizar os efeitos da vulnerabilidade. As políticas públicas de transferência de renda, principalmente, precisam reconhecer a vida das pessoas e suas realidades.

Dentro dessa perspectiva, podemos acessar alguns dados sobre a realidade das mulheres da agricultura familiar e de comunidades quilombolas no Ceará, para pensar sobre como esses fatores são representados na vida cotidiana. De início, falar sobre a distância que essas comunidades estão das sedes dos municípios já traz luz para entender os entraves. Cada comunidade tem seu local de referência para o CadÚnico localizado longe de suas comunidades. Visto de forma rápida, a distância pode não parecer grande, mas se considerarmos a precariedade ou ausência de transportes e a qualidade das estradas na zona rural, acrescentam-se os fatores risco e tempo, que tornam ainda mais complicados os trajetos.

A comunidade Nazaré possui três locais distintos para o processo de cadastramento e atualização cadastral: o Centro Social Urbano (CSU), localizado no centro de Itapipoca e que fica a 12,88 km distante da comunidade; o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Arapari, a 5,68 km; e, mais recentemente, de acordo com as mulheres entrevistadas, o processo foi realizado na própria comunidade, resultado da sua mobilização com o poder público, mas que representou uma eventualidade. Na comunidade Apiques, também localizada no município de Itapipoca, mas no extremo oposto, o contexto se repete. O CSU, localizado a 55,6 km de distância da comunidade, é o local refe-

rência para o cadastramento e atualização cadastral. No entanto, com a abertura do CRAS da praia da Baleia, este se tornou uma alternativa mais próxima, a 13,68 km, influenciando na escolha das mulheres. Já para a comunidade de Conceição dos Caetanos, o local disponível para a realização das etapas citadas é a Secretaria de Ação Social, localizada na sede do município de Tururu, que fica a cerca de 12 km de distância. Isso pode ser observado no mapa a seguir.

Figura 1 – Mapa do deslocamento das mulheres até o local do CadÚnico



Fonte: Moraes *et al.* (2021).⁶

O mapa anterior apresenta a localização de cada uma das comunidades em relação aos locais de atendimento do CadÚnico,

6 Mapa retirado do relatório “Tempo, custo e deslocamento: um estudo sobre o acesso aos serviços de atualização de registros do Cadastro Único no Nordeste brasileiro”, referente à Chamada CNPq/Ministério da Cidadania Nº 30/2019 — Estudos e Pesquisas em Avaliação de Políticas Sociais (o texto não foi publicado, por isso está ausente na lista de referências).

a situação das estradas e as condições dos transportes que as mulheres utilizam para saírem de suas casas até o local de atendimento. Nele é possível identificar que tanto a qualidade das estradas quanto a do transporte é considerada ruim. No contexto das comunidades pesquisadas, a ausência de transporte público regular é um marcador importante para pensar o deslocamento e as dificuldades do trajeto. No Ceará, as mulheres relatam utilizar o transporte “pau de arara” como principal meio de transporte para se deslocarem até o local do cadastramento. Algumas delas alternam com o mototáxi ou motos (de familiares ou alugadas como mototáxi).

O uso do veículo “pau de arara”, amplamente utilizado nas cidades interioranas do Nordeste brasileiro, reforça a lógica da dificuldade de acesso e de um sofrimento para se alcançar a mobilidade nos contextos rural e rural-urbano. Também chamado de “carro de feira”, caracteriza-se por ser um carro grande, aberto, com uma carroceria que dispõe de tábuas de madeira para o assento, não tendo equipamentos de segurança para as pessoas que o utilizam. Esse tipo de carro é muito incidente na zona rural – muitas vezes, a única opção para algumas comunidades. É comum ver nas estradas que passam pelas sedes dos municípios em questão o tráfego desses caminhões abarrotados de pessoas em suas carrocerias das localidades mais afastadas até o centro dos municípios.

Em pesquisa sobre as romarias religiosas na cidade de Canindé-CE, os pesquisadores Ivo Silva, Glacy Pereira e Gláudia Mapurunga (2014) apresentam a concepção de que os percursos feitos nesse tipo de transporte – precário, incômodo e não convencional – reforçam a imagem do nordestino como “homem

sofredor”, que é tido como imune às mazelas sociais e riscos à saúde e segurança. Os autores, com suas narrativas dos usos desse transporte, chamam atenção para o cenário da vulnerabilidade e da pobreza no qual é criado um estereótipo de Nordeste. Para além de uma visão sobre a pobreza, a ausência de mobilidade nas zonas rurais cria argumentos para falar sobre desigualdades sociais e segregação socioespacial, pois determina o controle sobre a mobilidade social de determinados grupos populacionais (Moraes; Barros; Silva, 2021), o que remete ao acesso a direitos.

Com serviço particular e precário, o pau de arara tem um custo alto e horários escassos, não contemplando a demanda das comunidades. Essa condição reflete a ausência de transporte público coletivo e de qualidade nas regiões interioranas e de zona rural, o que aponta para ideia de que deslocamento é uma categoria a ser discutida a partir das condições de poder e de desigualdade social. Somada a isso, a qualidade das estradas que são ruins e variam de acordo com a estação.

Nas épocas de chuva, os trajetos ficam ainda mais difíceis e perigosos, como relata uma senhora de 55 anos da comunidade de agricultura familiar Apiques, que normalmente utiliza a moto de seu filho, indo de carona com ele até o local de atendimento:

[...] a estrada é toda cheia de buracos, não tem uma estrada adequada, a estrada é toda cheia de buracos e [no inverno] fica muito pior. Às vezes a gente até para de andar [na moto], porque a estrada fica muito ruim, cheia de buraco, cheia de água, cheia de lama. Um lamaçal só.

Todas as comunidades relatam uma piora nas condições das estradas com a chegada das chuvas. Feitas de piçarra ou calçamento deteriorado, ficam ainda piores, havendo relato do aumento de buracos, um alto volume de lama e até enchente, o

que provoca alto risco de acidentes. Isso exposto, percebe-se que as condições dos transportes e das estradas oferecem riscos e aumentam a distância, em termos de qualidade de mobilidade. Em alguma medida, representa uma das faces da desigualdade social baseada na falta de acesso ou de condições de acessibilidade.

Aqui é necessário incorporar as variáveis tempo e custo para pensar sobre a realidade desses deslocamentos. Parte significativa dos gastos está relacionada ao deslocamento. Seja qual for a forma de transporte utilizado para ir até o local de cadastramento, o custo fica sob responsabilidade das mulheres. Mesmo quando o transporte é considerado particular, como no caso das motos de familiares, são elas que arcam com o gasto em combustível. O custo médio com o deslocamento das mulheres quilombolas é de R\$ 15 reais e para as mulheres da agricultura familiar esse valor chega a R\$ 23 reais. Esses custos, que são altos para a realidade daquelas mulheres, muitas vezes, são negociados entre mulheres e motoristas, como relata uma das moradoras de Conceição dos Caetanos:

Às vezes, a gente tem que optar pra ir naquele carro da comunidade porque, às vezes, a gente num tem nem dinheiro pra pagar na hora, e a gente combina pra pagar depois a passagem. [O motorista] é alguém da comunidade que faz a feira pra cidade e aí a gente vai e combina, e eles espera, monta um grupo.

A mobilidade se apresenta como fator limitante ao acesso das populações rurais e tradicionais ao CadÚnico. Além da precariedade no deslocamento, devido à falta de transporte, a distância se prolonga diante do tempo despendido para se efetuar esse procedimento. As mulheres, além de serem a maioria das beneficiárias e cadastradas no sistema, são também as responsáveis pela organização intradomiciliar para que o deslocamento até a sede do município se realize.

Um exemplo do que foi mencionado acima é a forma como as mulheres precisam gerenciar e preparar a casa e os afazeres domésticos para poderem se ausentar de suas casas. Para muitas mulheres, esse processo começa no dia anterior, quando elas iniciam as tarefas, adiantam alguma coisa da limpeza ou da alimentação e, no dia seguinte, terminam. Isso implica em todo um acúmulo ou sobrecarga de funções que demanda tempo, pois todas as mulheres relatam acordar entre 4 h e 5 h da manhã. Parte delas deixa a comida preparada e a casa arrumada no dia anterior; outras adiantam algumas funções logo que acordam e terminam no retorno do processo de atualização; e algumas, como já mencionado, dividem as funções com outras pessoas da família – em geral mulheres.

Nos dias que precisavam ir fazer a atualização do cadastro, as mulheres precisavam organizar toda a rotina da casa e das tarefas com a família. Uma das mulheres de Apiques, que tem cinco filhos, diz que se acorda por volta das 5h da manhã, prepara o café, limpa a casa e sai. Para outras mulheres, a responsabilidade da casa é compartilhada com suas filhas ou com pessoas que compõem a rede de apoio – muitas vezes são as mães, irmãs ou vizinhas. Uma das mulheres de Conceição dos Caetanos, que tem 22 anos e mora só com o filho pequeno, relata que nem sempre a rede de apoio está disponível, pois elas também têm outros afazeres, então ela precisa levar seu filho para a fila do cadastramento. Nesse caso, precisando organizar a casa desde o dia anterior e ainda assim acordar às 4 h 30 min da manhã para terminar de preparar a casa e a criança, como relatado a seguir:

Antes deu, deu sair, como eu já sei que eu vou [fazer a atualização cadastral], no dia anterior, eu ajeito as coisas à noite, né?! Pra quando for no outro dia já tá feito pra

mim poder sair cedo. Me acordo às 4h30min da manhã pra terminar o restante que eu não pude fazer à noite, e meu filho, quando não tem ninguém que fique com ele, ele vai comigo. Porque, no caso, quando eu saio, a minha mãe fica [com a criança], não é sempre, é muito difícil ela ficar, por conta dela não ter tempo pra ir, né?! Pra ficar. Então, eu levo ele sim mais eu.

A rede de apoio, muitas vezes, é o lugar onde aquelas mulheres conseguem negociar o cuidado e o tempo. Há uma relação de cumplicidade e de apoio, que é negociada dentro dos limites de cada mulher. Em nenhuma das comunidades do Ceará foi relatada a possibilidade de pagamento a outras pessoas para fazerem as tarefas domésticas e de cuidado. Isso coloca luz ao contexto das relações dessas mulheres, que são pobres, moradoras da zona rural, agricultoras e pertencentes a comunidades tradicionais. Os vínculos de solidariedade e de parentesco se tornam esferas de reciprocidade e se alinham à rede de apoio.

As relações de cuidado trazem em si discussões sobre as desigualdades de gênero, de raça e de classe e constituem também problemas para a democracia. Flávia Biroli (2018) chama atenção para algumas dessas dimensões. A autora mostra que o tempo, que em sua forma privada está diretamente relacionado ao dinheiro ou aos recursos, faz-se importante para garantir uma participação política, sendo necessário para estabelecer processos de inclusão. Portanto, se a agenda política é fundamentada de forma antagônica às relações de cuidado e não inclui no debate quem cuida, isso se torna um problema para a democracia.

Flávia Biroli (2018) mostra que o acesso desigual a cuidados necessários e a posição de quem cuida, dentro da perspectiva da interseccionalidade, considerando a variedade de lugares de opressão, refletem na assimetria do exercício da influência po-

lítica. São essas mulheres que representam, em termos de perfil sociodemográfico e não de decisões políticas, um importante cenário sobre a vulnerabilidade social, racial e de gênero no Brasil. As mulheres recorrem umas às outras, seja na lida com as crianças, seja em outra atividade. Essa rede de apoio atua para suprir as lacunas da ausência de direitos, cidadania e uma participação igualitária na vida pública (Okin, 2008).

A entrevista realizada com uma das moradoras da comunidade quilombola Nazaré, que tem 48 anos e é mãe de sete filhos, permite ilustrar a dinâmica do compartilhamento de funções entre as mulheres da família. Sempre que ela vai fazer a atualização cadastral, tenta ir acompanhada de outras mulheres que têm prazos parecidos com os seus. Nesse dia ela costuma acordar por volta das 4 h 30 min da manhã e retorna para casa por volta das 13 h 30 min. Antes de sair, deixa a comida adiantada para que sua filha de 13 anos e uma nora terminem os preparos e a limpeza da casa.

Após essa organização, tendo enfrentado o transporte e o deslocamento, as mulheres chegam ao local do cadastramento e atualização e vivenciam mais uma parte do processo, que é a espera nas filas para o atendimento. Em geral o tempo gasto nas filas é superior à duração do atendimento. Uma questão relevante acerca da fila de espera é que o tempo e as condições que as mulheres vivenciam não são vistos por elas como um problema ou uma cena de discriminação. Como mencionado, elas tendem a normalizar o processo, um reflexo das desigualdades sociais e condições de subalternidade. Das vinte e três mulheres entrevistadas, apenas quatro mulheres respondem terem se sentido ofendidas e relacionaram a sensação com o processo da espera e também com a forma como o atendimento é realizado.

Estar no CadÚnico permite a essas mulheres a possibilidade de acesso a programas sociais e de transferência de renda, o que em seus contextos pode minimizar os problemas causados pelas desigualdades vividas. Mas, para se manterem em dia com o cadastro, elas precisam enfrentar os entraves expressos desde a organização de suas rotinas até o recebimento dos benefícios. Elas vivem num constante processo de lutas que, muitas vezes, são cotidianas e representam o distanciamento social e das políticas que ainda não alcançam de forma coerente os problemas e as necessidades locais. Dito isso, pensar sobre as políticas públicas que incluem comunidades tradicionais deve considerar o tempo, o custo, o deslocamento e as desigualdades de gênero e de raça vivenciadas e que são, por vezes, subjugadas.

Notas de conclusão

Diante do que foi discutido e olhando para a realidade das mulheres rurais que fizeram parte desta pesquisa, é possível apontar para o fato de que às mulheres é dado o lugar de cuidado da vida doméstica e da administração dos benefícios sociais, por serem as responsáveis pelo cadastramento, atualização dos dados e, muitas vezes, quem recebe o recurso. Então, dentro dessa esfera de responsabilidades, o Estado deveria ouvir dessas mulheres quais são os impactos, as potencialidades e os problemas para o acesso às políticas públicas.

Para as mulheres desta pesquisa, pertencentes a comunidades quilombolas e de agricultura familiar, todas de zona rural, o deslocamento, os custos e o tempo gasto para manterem o cadastro atualizado representam um fator de dificuldade. É algo que lhes oferece risco, devido à escassez de transporte de qualidade

e insegurança, pela condição que as estradas oferecem. Há uma demanda de um investimento real para a manutenção a cada dois anos ou em períodos fora do prazo. Esta análise permite acessar o universo de opressões e desigualdades no qual essas mulheres estão inseridas. Mesmo sendo atuantes na discussão política por seus direitos, ainda há muito o que ser corrigido para que elas tenham uma vida com cidadania, uma cidadania em que seja possível compreender os marcadores de gênero, de raça, de classe ou de território como potência para o planejamento das políticas e benefícios sociais.

Elas precisam ser ouvidas e suas experiências consideradas nas avaliações do alcance e do acesso às políticas sociais no país, sobretudo num país onde a pobreza, a misoginia e o racismo compõem base estruturante da sua formação, tendo uma representação política ainda fundada no arquétipo do homem branco, provedor da família e líder religioso. Em contextos anteriores, em que o governo flertava com a queda da democracia, tentar compreender as negociações e a forma como as políticas visam garantir a assistência às populações vulneráveis e de baixa renda se torna condição central. Com isso, o potencial de investigar a realidade de mulheres de agricultura familiar e comunidades tradicionais do interior do Ceará, com uma perspectiva antropológica, lança luz sobre o Brasil e sobre viver com dignidade.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. *Sobre as utilidades do Cadastro Único*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *O que é e para que serve*. [20--]. Disponível em: <http://antigo.cidadania.gov.br/Portal/servicos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014.

HILL COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020.

MORAES, Lorena Lima de; BARROS, Tatiane Vieira; SILVA, Bárbara Cristina Vieira da. Mobilidade rural-urbana como entrave para o acesso às políticas públicas em tempos pandêmicos: o drama das mulheres rurais do Nordeste brasileiro. *Exploraciones*, La Paz, n. 56, p. 4-23, 2021.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ago. 2008.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata Mourão. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. *Boletim Cientistas Sociais da ANPOCS*, n. 36, 2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2350-boletim-n-36-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 8 maio 2020.

RATTS, Alex. *Traços étnicos: especialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009. (Coleção outras histórias).

RIBEIRO, Djamila. Prefácio. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-13.

SILVA, Ivo Luís Oliveira; PEREIRA, Gleyce Anne Castro; MAPURUNGA, Gláudia Mota Portela. Pau de Arara e o vai e veem das romarias: um estudo etnográfico do transporte no município de Canindé – Ceará. *Cenário*, v. 2, n. 2, p. 103-120, 2014.